Associação dos Engenheiros da Petrobrás
aepet NOTÍCIAS
Rio de Janeiro - Ano XXXVII - 14-06-01 / Nº 219

Impresso

TERCEIRIZAÇÃO

Insegurança solta no céu da Bacia de Campos

"Seguindo a lógica atual da companhia, que é a do menor custo, aliada ao jeitinho brasileiro, os helicópteros acabam realizando vários pousos e decolagens, porque muitas vezes têm que parar em várias plataformas, sem que haja planejamento para cada sobrevôo."

A atual direção da Petrobrás não está pondo em risco a confiabilidade da empresa apenas com a utilização da mão-de-obra terceirizada no serviço de manutenção das plataformas. Até mesmo os helicópteros que são usados para o transporte dos embarcados, que deveriam oferecer segurança, estão nas mãos de empresas terceirizadas cujos contratos não oferecem garantia de bom serviço. As frotas utilizadas encontram-se velhas porque muito dos contratos estipulam prazos exíguos, o que aumenta o risco e o custo da contratada. Enquanto no Golfo do México, os contratos duram, em média, cinco anos, na Bacia de Campos eles têm, em alguns casos, duração inferior a um ano, o que cria incerteza para o empresário.

Segundo informações de fontes do setor, reveladas ao diretor de Comunicação da AEPET, Argemiro Pertence, as prestadoras de serviços não investem nas aeronaves porque não sabem se continuarão a operar com a Petrobrás. Assim, acabam empregando uma frota com equipamentos cuja idade chega até a 17 anos. Como a lógica atual da companhia é a do menor custo, esta medida de contenção acaba colocando em risco a confiabilidade da Petrobrás, assegura .

A Bacia de Campos, o terceiro pólo de operação de helicópteros *offshore* do mundo, tem atualmente a frota mais velha. Para se ter uma idéia, um helicóptero Sikorsky, usado, com 17 anos de operação, custa no mercado US$ 700 mil. Já um Bell 412 (novo) é vendido por US$ 6,5 milhões. Em contratos de curta duração, não é viável operar com uma aeronave mais nova. Mas, os riscos na área de segurança não param por aí. A Shell, por exemplo, exige nos seus contratos para serviço no Golfo do México um teto de monomotor de seis mil pés. No Brasil, não há exigência. Empresas no Golfo do México obrigam as empresas operar com helicópteros categoria A (aeronaves capazes de realizar qualquer operação, inclusive decolagem, com um motor só). No Mar do Norte não se exige o mesmo, mas o peso máximo é limitado a valores bem inferiores ao máximo. A Petrobrás não limita o peso nem exige helicópteros categoria A, segundo a fonte.

O número de incidentes (problemas em terra) vem crescendo nos últimos anos. Não é raro o caso em que os embarcados são obrigados a aguardar o conserto de um helicóptero que apresenta problemas operacionais antes da decolagem. Os custos de inspeção também estão aumentando. Outro risco à imagem da Petrobrás é a utilização de tripulação inexperiente. A mão-de-obra empregada pelas empresas terceirizadas é de recém-brevetados, ou militares da reserva, que possuem outro perfil, não se adequando a um serviço tão especializado como o da indústria do petróleo. Estas empresas terceirizadas também transferem aeronaves não aceitas em outras áreas para transportar os embarcados para a Bacia de Campos.

A operação dos aparelhos também não é otimizada. Utilizando o jeitinho brasileiro, os helicópteros acabam realizando vários pousos e decolagens, porque muitas vezes têm que parar em várias plataformas, sem que haja um

Digitalizado com CamScanner

planejamento anterior para cada sobrevôo. O tipo de contrato feito pela direção da Petrobrás para a Bacia de Campos é o mesmo para o Nordeste. Dos 60 helicópteros usados para o serviço em Campos, 27 são da Líder (empresa nacional), enquanto o restante está dividido entre as americanas Aeróleo (Air Logistics) e Helivia (PHI) e a canadense e norueguesa Ar-Air (CHC). A AEPET observou uma queda nos requisitos de segurança dos contratos após a Primeira Rodada de Licitações para Exploração de Petróleo promovida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

O "bonde da história"

"A Petrobrás deve continuar estatal, integrada do poço ao posto, com seus braços petroquímico e de fertilizantes, e outros, como qualquer uma das grandes empresas de petróleo. Não aceitamos a política que transforma a nossa empresa em mero negócio, desestruturando-a, dividindo-a em unidades de negócio."

HEITOR MANOEL PEREIRA*

A AEPET tem recebido alguns pedidos de desligamento, após posicionamentos da entidade em relação ao acidente com a plataforma P-36. O argumento da maioria é que "de que não concorda com a linha política da AEPET". Qual será, então a linha política da nossa entidade? A primeira delas, definida em estatuto, é de defender o monopólio estatal do petróleo. Estamos convencidos de que a tese do monopólio continua sendo a melhor solução para a sociedade brasileira. Entendemos que o monopólio para o nosso povo é muito superior ao oligopólio das empresas estrangeiras.

Continuamos a defender também a tese de que a Petrobrás deve continuar estatal, integrada do poço ao posto, com seus braços petroquímico, de fertilizantes e outros, como qualquer uma das grandes empresas de petróleo. Ao nosso ver, o objetivo estratégico da Petrobrás é descobrir cada vez mais reservas de petróleo e gás, desenvolver os seus campos de produção, objetivando garantir nossa independência neste elemento estratégico e produzir de acordo com cada conjuntura dos cenários nacional e internacional. É assim que fazem países como os Estados Unidos, que preservam as suas reservas, usando o petróleo de outros países para o consumo doméstico.

Portanto, não aceitamos a transformação da nossa companhia em mero negócio, desestruturando-a, dividindo-a em unidades de negócio que, pelo próprio nome, indica as distorções dos objetivos da empresa. Somos contra também a terceirização, cujo objetivo é liquidar direitos de trabalhadores conquistados durante todo o século XX. O trabalhador terceirizado não tem os mesmos benefícios do empregado do quadro da empresa, nem treinamento necessário, sendo realmente uma mão-de-obra descartável.

Somos também contra a transformação inconstitucional de nossas refinarias em subsidiárias para permitir, desnecessariamente, a transferência de parte de seu capital a empresas estrangeiras. A nossa linha política é contra as licitações de campos de petróleo que a Petrobrás levou mais de 40 anos para descobrir, com desenvolvimento da tecnologia em águas profundas, e que agora são passadas para empresas multinacionais com prejuízo sob todos os aspectos. Há perda também de divisas e emprego para os brasileiros já que os trabalhadores estrangeiros estão assumindo estes postos. É nossa linha defender o centro de excelência que é o nosso CENPES, que forma técnicos de alto nível, capazes de pesquisar e desenvolver novas tecnologias.

Somos contra a liquidação de nossa indústria de base desenvolvida pela Petrobrás nas décadas de 60 a 80 e que agora vem sendo eliminada. Somos contra a contratação de consultorias estrangeiras para fazer o planejamento estratégico, desmontando equipe de alto nível, formada pela própria Petrobrás. É de nossa linha política lutar pela contratação de técnicos de todos os níveis de modo a preservar a memória técnica da companhia. Nos últimos 12 anos, e empresa mantém a política de aposentadoria incentivada e vem substituindo sua mão-de-obra por empregados terceirizados.

Somos contra a política de cargos e salários da empresa, prestigiando uma minoria com salários mais altos e mantendo a massa de trabalhadores com salários aviltados. Lutamos pelo fortalecimento da indústria nacional da qual a Petrobrás sempre foi um baluarte. Esta é a nossa linha política. Aos companheiros que se desligaram, gostaríamos que se manifestassem e indicassem a linha política que consideram correta, inclusive apontando pontos, de forma clara, em que possamos estar equivocados.

A história certamente cobrará a posição de cada brasileiro.

*Heitor Manoel Pereira é diretor de Patrimônio da AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20044-900
Tel: 21 533-1110 - Fax: 21 533-2134. correio eletrônico: aepet2@ax.apc.org / Página na internet: www.aepet.org.br
Editado pela Assessoria de Comunicação
É permitida a reprodução dos textos na íntegra desde que citada a fonte

Digitalizado com CamScanner